

**Património Histórico e Arqueológico:  
Exemplos de intervenção em Évora, Sesimbra  
e Idanha-a-Nova (Portugal)**

*Luís Jorge Gonçalves*<sup>1</sup>

1 Centro de Investigação e de Estudos em Belas-Artes, Faculdade  
de Belas-Artes da Universidade de Lisboa

O que consideramos património cultural é o resultado das vivências quotidianas do género *homo*, desde há cerca de 2,5 milhões de anos e o que nos chega é uma ínfima parte das marcas que os nossos antepassados deixaram na paisagem natural.

O próprio conceito de património cultural tem também sofrido transformações ao longo do tempo. Hoje, chegamos ao ponto em que a nossa necessidade de ler e interpretar as formas de vida dos nossos antepassados, desde os mais recentes aos mais longínquos, levou a que surgissem novos enquadramentos teóricos, no contexto do que podemos designar de ciências do património.

O conceito central é de Património, do latim *patrimonium* ou *peculium*, que significava bens da família, herança, posses, haveres (HOUSISS 2003: 2786). Em tempos Modernos, o conceito foi alargado (PASTOR HOMS 2004) para o conjunto de bens culturais e naturais que uma comunidade local, ou a comunidade humana global reconhece como importante para a sua identidade. Neste ponto, tem existido uma profunda transformação do conceito de Património. Se na Idade Média o conceito de património estava centrado nas relíquias das figuras pias, hoje o conceito é muito lato e comporta dois vectores muito importantes a ter em conta (DUARTE 1993; HOMS 2004).

O primeiro vector é o que consideramos como património. Existem duas grandes divisões, Património Natural e Património Cultural. No primeiro, incluímos o que foi formado pela natureza, desde a origem do planeta terra; no segundo, as marcas e criações do Homem, sendo hoje um conceito muito lato, em constante mutação, que alberga o material e o imaterial e dentro destes dois campos um vasto conjunto de imóveis, objectos, tradições e contextos. Devemos ainda considerar uma tipologia onde há uma simbiose entre o Património Natural e o Património Cultural.

O segundo vector, com uma importância crescente, é são as narrativas em torno dos Patrimónios. Estas são uma herança que recebemos

todos os dias, desde a formação do planeta terra. No caso do património natural, resulta de quatro mil milhões de anos de evolução, a geologia e a biologia que hoje encontramos são o resultado de transformações na nossa *Geia*, e que corresponde a uma narrativa, que resulta dum processo de investigação. Como se formou geologicamente a Serra da Capivara? Como se transformou aquela paisagem? Que coberto vegetal existiu e existe? Que tipo de fauna? Que paisagem o homem encontrou quando chegou à Serra da Capivara? Todas estas questões envolvem a criação de uma narrativa, que os públicos exigem cada vez mais. Com o património cultural a narrativa inicia-se com o género *homo*, mais concretamente com o *Homo Habilis*, há cerca de 2,5 milhões de anos, quando fabricou o primeiro artefacto. Os seus descendentes, ou seja, nós, dominaram a Terra, construindo sociedades complexas ao nível material e imaterial, portanto tudo o que se construiu e se continua a construir é a nossa herança, sempre contextualizado pelo binómio material/imaterial (BULLART 2002). O património cultural vive também dessas narrativas que são os quotidianos, as ideias, as tradições que suportam a actividade humana (BULLART 2002).

## II

Serviu este preâmbulo para introduzir três exemplos de uma actividade museológica em torno de complexos patrimoniais, desenvolvidos por alunos, professores e investigadores da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa/Centro de Investigação e Estudos em Belas-Artes, em Évora, Sesimbra e Idanha-a-Nova e que contou com a colaboração de técnicos e apoio financeiro das respectivas Câmaras Municipais de Évora, de Sesimbra e de Idanha-a-Nova.

No caso de Évora, o projecto desenvolveu-se em 2007 e 2008 e culminou com a exposição permanente *Megalithica Eborae*. A região de Évora contém um vasto conjunto patrimonial e monumental que pode-

mos remontar às primeiras sociedades camponesas, cerca do VI milénio a.C., quando iniciaram a prática de erguer grandes pedras na paisagem, que hoje denominamos Menires, que complexificaram, erguendo vastos conjuntos de menires dispostos, preferencialmente em meia-lua, denominados de cromeleques, onde se inclui um dos primeiros monumentos complexos do homem, o Cromeleque dos Almendres (CALADO 2005).

Cerca do IV milénio a.C. estes monumentos foram abandonados a favor da edificação de Antas, mais complexos do ponto de vista da construção, já que pressupunham uma estrutura trilítica e uma planta básica de corredor e câmara. Alguns tiveram mesmo grandes dimensões, como a Anta Grande do Zambujeiro, cujos esteios têm cerca de seis metros de altura. Cerca do III milénio a.C. estes monumentos com pedras de grandes dimensões foram abandonados a favor de monumentos, designados de *Tholoi*, ou de falsa cúpula, e que eram construídos com pedras mais pequenas.

A função dos Menires e Cromoleques é objecto de muitas hipóteses, mas parecem estar ligados a simultaneamente a práticas de culto do ciclo das Estações e Funerários, podendo as pedras corresponder a formas simplificadas de humanos. As Antas e os *Tholoi* recebiam os restos mortais de humanos, acompanhados de artefactos de carácter simbólico e de uso quotidiano.

Avançando alguns séculos, chegamos ao período de Augusto, quando se iniciou a colonização efectiva do território de Évora pelos romanos (não o seu domínio que havia sido conseguido no século II a.C.). Com Augusto impôs-se a política de colonizar território, através de populações deslocadas de Roma, ou da Itália, e de paulatinamente, romanizar as populações indígenas (GONÇALVES 2007 e 2010). Essa política implicou a colonização a fundação de centenas de cidades por todo o império, particularmente, na parte Ocidental, Gália, Germânia, Hispânia, onde se incluía a Lusitânia. *Ebora Liberalitas Iulia*, foi fundada no contexto dessa política de Augusto, situando-se a meio caminho entre a capital da nova província da Lusitânia (fundada em 27 a.C.), *Augusta Emerita* (fundada

em 25 a.C., com os veteranos de Augusto), e a principal cidade marítima da província, *Olisipo Felicitas Iulia* (actual Lisboa), refundada a partir de um povoado indígena. A cidade de *Ebora* foi edificada de novo, numa colina que dominava a planície do actual Alentejo. Era uma cidade que não correspondia a todos os pressupostos da cidade ideal romana de Vitrúvio. Estava erguida numa elevação, não dispunha de muralhas, tinha o seu espaço público principal, o fórum, no ponto mais elevado e dispunha de um segundo fórum, na entrada da cidade. Os seus fundadores construíram um primeiro templo com a simbólica da ideologia augustana da *Pax Romana*. A terceira geração conseguiu já ter recursos financeiros suficientes para mandar erguer no fórum principal um vasto conjunto monumental, com um pórtico e um grande templo ao culto imperial. A cidade teve termas, um teatro, provavelmente um anfiteatro. Algumas residências tiveram grande luxo. No século III d.C., as necessidades de protecção levaram a que se erguesse uma muralha o que fez com que grande parte da cidade ficasse de fora da mesma, sendo mesmo destruídas algumas casas que ficavam na linha da muralha.

Hoje Évora é uma cidade Património Mundial, porque após o período romano continuou, nas épocas Visigótica e Islâmica e no período português, até aos nossos dias, como uma cidade com grande importância social, económica, política e cultural que deixou as suas marcas no urbanismo e nos edifícios. A leitura das diferentes sobreposições é muito difícil para os diferentes públicos que visitam a cidades e mesmo para os eborenses.

Com a exposição permanente *Megalithica Ebora*, procurou-se descodificar os dois períodos referidos, através de duas narrativas apoiadas em materiais pedagógicos de visualizassem situações de cada uma das épocas.

No Megalitismo abordou-se o “Megalitismo na Europa e em Évora”, através de fotografias, mapas e maquetas, a “Origem do Megalitismo”, com recurso a ilustrações e maquetas, a “Construção dos Monumentos e a sua Utilização”, também com a utilização de ilustrações e maquetas, “Utilização e Espólio das Antas”, com recurso a realidade virtual, ilustra-

ções, maquetas e artefactos originais (placas de xisto) e o "Megalitismo e os Cultos Solares", com a realidade virtual.

Na Évora Romana referiu-se a "Origem da Cidade", com recurso texto e a uma ilustração que reconstituía a primeira cidade, "Infraestruturas da Cidade: fórum, templo, termas, teatro e anfiteatro e casas privadas", com recurso a ilustrações, realidade virtual, maquetas, destacando-se uma maqueta do templo e texto, "Cidade do século III", com recurso a ilustrações.

A exposição é, sobretudo, pedagógica e visual procurando transformar a complexa linguagem arqueológica, numa linguagem simples, mas rigorosa. Procura-se contextualizar para que os públicos antes de visitar os monumentos tenham na exposição uma visão de conjunto.

### III

O segundo exemplo é no Castelo de Sesimbra, que se desenvolveu em 2008 e 2009. Este castelo situa-se a cerca de 40 km a sul de Lisboa, inserido na Serra da Arrábida, de onde é possível vislumbrar uma paisagem para norte que compreende toda a costa de Lisboa a Sintra e para Sul até Sines, cerca de 100 km. A Serra da Arrábida tem uma ocupação humana confirmada, desde há, pelo menos, 30000 anos. Há 5000 anos existiram aí as primeiras comunidades de camponeses, tirando partido das boas condições defensivas e das boas terras. Havia ainda as grutas que proporcionaram bons espaços funerários, sobre o mar, o qual não se sabia onde terminava. Outras comunidades pré-históricas, na Idade do Bronze, cerca de 1000 a.C., tiraram, igualmente partido da situação geográfica e da geologia, para a sua vida do dia-a-dia, construindo povoados nas boas terras agrícolas, e para os seus rituais, utilizando as grutas e o relevo. Também os fenícios tiraram partido das grutas para implementar santuários. Na época romana é escassa a ocupação, mas no período final do império, século V, aquele espaço atraiu monges anacoretas na sua ânsia de se aproximar do divino, utilizando as lapas como refú-

gios para fugirem do mundo. Na época islâmica, a partir do século VIII, o local tornou-se também lugar de monges muçulmanos que aí construíram as suas *madradas*. Estes monges muçulmanos eram ao mesmo tempo homens devotos ao sagrado e vigilantes da costa, numa época em que barcos vikings atacavam as costas da Península Ibérica, século X. Os vestígios desta fase consagrada ao divino cristão e muçulmano são muito ténues, mas realça-se a placa de madeira com um excerto da *surha* 30, datado século X-XI (CALADO e GONÇALVES 2009). Um primeiro castelo deve ter surgido nesta época, construído sobre uma ribeira que dominava o acesso do mar ao planalto.

Não muitas evidencias desse castelo que foi conquistado entre 1147 e 1165 (os dados não são seguros), pelo primeiro rei português D. Afonso Henriques (1128-1185), mas perdido em 1191, perante a ofensiva dos Almóadas, comandados pelo califa de Marraquex Abu Ya'qub Yusuf II, al-Mansur (o Vitorioso). Dizem as crónicas que destruiu o castelo, embora não existam provas arqueológicas (GONÇALVES 1999 e 2000).

O certo é que em 1199, o segundo rei português, D. Sancho II (1185-1211), conquistou definitivamente o território de Sesimbra. As preocupações com a segurança dessas terras, então de fronteira, levou a implementar uma política de povoamento pelo que outorgou, em 1201, uma carta de foral e iniciou a construção do actual castelo (GONÇALVES 1999 e 2000).

Em 1236, o castelo foi entregue, pelo rei D. Sancho II (1223-1248), à Ordem de Sant'Iago da Espada e durante o reinado de D. Dinis (1279-1325) foram introduzidos acrescentos, no sentido de o adaptar à evolução da arquitectura militar, nomeadamente a torre poente, destinada a uma vigilância da costa. Nos séculos XV e XVI a população começou a fixar-se na Ribeira de Sesimbra, junto ao mar, e o castelo foi ficando despovoado. Em 1640, no tempo da restauração da independência de Portugal, foram implantados três revelins, para o castelo receber canhões, que reforçassem a sua defesa, mas o castelo tinha já perdido a sua função militar, entrando num lento declínio, sobrevivendo apenas a Igreja

como sede paroquial, para os habitantes dos campos de Sesimbra. Nos anos trinta, do século XX, realizou-se um processo de restauro das estruturas arquitectónicas militares, que estavam degradadas, dando ao castelo o seu actual aspecto.

Dois episódios marcaram a história deste castelo. O primeiro é militar, em 1384, quando uma parte do exército de João I, rei de Castela, tomou o Castelo de Sesimbra, após o cerco mal sucessivo de Lisboa; o segundo é político, em 1484, quando o Alcaide do Castelo de Sesimbra, D. Guterre Coutinho, fez parte duma conjura para assassinar o rei D. João II (1481-1495) e, por isso, acabou morto por ordem do monarca.

O espaço amuralhado edificado, ao longo do século XIII, ficou constituído pela Alcáçova (o Castelo), onde estava localizada o Paço do Alcaide, e por uma segunda muralha, a cerca a vila. O castelo foi implantado num cerro calcário da Serra da Arrábida, sobre o mar e perto de uma ribeira, donde se podia vigiar um vasto território desde Sines a Sintra, rodeado de boas terras agrícolas e próximo de um oceano fértil em peixe. Os seus construtores tiraram partido do relevo para implantar as muralhas e organizar o espaço interior, com a Alcáçova no ponto mais elevado, face à vila, com a igreja matriz no centro. Utilizaram os abundantes calcários da região para erguer as muralhas e todas as construções do interior. No final as muralhas devem ter sido rebocado e pintado de branco, com cal, para dar mais consistência à construção, pelo que o seu aspecto foi bem diferente do actual.

Uma chamada de atenção particular para a Igreja Matriz, o centro da vida comunitária desde a Idade Média até 1955. Existiu uma igreja primitiva, construída ainda no século XIII, da qual nada resta. Na época do rei D. Manuel I (1495-1521), deve ter sido remodelada. Por razões que se desconhece, talvez devido ao seu mau estado de conservação, a Igreja primitiva foi substituída pela actual, no primeiro quartel do século XVIII, consagrada em 1721, conforme se lê na fachada. Trata-se agora de uma igreja "estilo chã", com a nave em salão, púlpitos no centro, para a pregação, e com um magnífico programa iconográfico no revestimento dos



azulejos. Este templo funcionou como igreja paroquial até 1955, quando foi transferida para uma igreja mais central, datada dessa época. Hoje está restaurada e o seu conjunto azulejar e a talha é um bom exemplo da arte portuguesa do século XXIII.

O castelo tem uma longa história e foi o centro de uma grande actividade quotidiana, da qual hoje pouco resta, porque o interior está em ruínas.

Como juntar duas narrativas, de modo a que os diferentes públicos possam aprender aspectos cronológicos e integradores das diferentes e apresentar um momento da vida quotidiana do castelo, que teve no seu interior uma vila, hoje abandonada?

O programa de musealização, realizado em colaboração com a Câmara Municipal de Sesimbra e a Faculdade de Belas-Artes, decorre em diversas frentes. A primeira é a intervenção em todo o perímetro do castelo, através da criação de um centro de documentação e de um café e de um percurso museológico onde se interpretam as estruturas defensivas.

Nas duas torres do castelo criaram-se dois espaços. Na torre poente, mais próxima do acesso com automóvel, que tem dois pisos foi aplicado o seguinte programa. No piso inferior um conjunto de painéis, com texto e ilustração introduz a história dos castelos em Portugal. No centro da sala numa maqueta reconstrói-se a totalidade do castelo, quando a vila de Sesimbra estava aí localizada. No piso superior apresenta-se uma ilustração intitulada "Um dia pela manhã no castelo de Sesimbra, no século XV", onde se reconstrói o castelo. Existe ainda uma cronologia comparada da história do castelo, onde se apresentam três itens: local, Nacional e Mundial. Com este núcleo expositivo procura-se enquadrar o Castelo de Sesimbra na arquitectura militar portuguesa, apresentar hipóteses de como seria quando a vila aí situava, através da maqueta e da ilustração, e de enquadrar o castelo no tempo, ao nível local, nacional e internacional para servir de referência aos visitantes nacionais e estrangeiros (GONÇALVES 1999 e 2000).

Na torre de menagem a exposição intitula-se "Foral de Sesimbra". Tem como ponto de partida a outorga do documento fundador da Vila

de Sesimbra, em 1201. Num segundo momentos são realçados alguns aspectos fundamentais do foral, através de ilustrações que descrevem extractos do documento acompanhado de ilustrações representando os deveres e os direitos consignados aí consignados. No centro da sala uma maquete reconstrói a alcáçova, possibilitando uma imagem de como era o espaço, antes de ser destruído. Esta maquete transporta-nos para aspectos do quotidiano, com numerosas cenas que procuram interessar os visitantes.

#### IV

No Concelho de Idanha-a-Velha, situado no interior de Portugal, limitado a Este pela fronteira com Espanha e a Sul pelo rio Tejo. A partir do século XII, com a consolidação do estado português, este território tornou-se central na defesa do novo reino. Da época romana vinha a *Civitas Igaeditanorum*, a actual Idanha-a-Velha, fundada no final do século I a.C. Com a conquista árabe da Península Ibérica estas terras ficaram na fronteira entre um Norte Cristão e o Sul Islâmico, o que levou ao seu despovoamento. Quando entra para o domínio português situa-se, simultaneamente, como fronteira face a Castela (a Este) e face ao sul islâmico. Esta situação levou a que a partir de 1165 se tivesse iniciado uma política de doação à Ordem do Templo (GONÇALVES 1995). Em 1165 foram doados os territórios de Idanha-a-Velha, Rosmaninhal e Monsanto. Em 1187 Idanha-a-Nova. Em 1227 Salvaterra do Extremo e Segura. Finalmente, em Penha Garcia. Os templários construíram uma rede de castelos, integrando, hoje, o concelho de Idanha-a-Nova. Estes castelos têm a carga histórica de terem sido dos Templários (NUNES 2003, 2005 b, 2006).

A Câmara Municipal de Idanha-a-Nova lançou o desafio de produzir e de apresentar uma exposição sobre os Castelos Templários, o que se concretizou em 2009. A equipa de alunos designou a exposição de "ConTemplários". O projecto centrou-se nos seguintes temas: "Origens

dos Templários e a sua presença em Portugal”, “Rituais Templários” e “Castelos Templários de Idanha”. Realço nesta exposição a elaboração de uma escultura que representava um Templários e o pavimento que correspondia à planta do concelho de Idanha-a-Nova e sobre a qual ficaram os castelos em plintos com alturas que simulavam a altitude dos castelos. Havia ainda um painel informativo sobre a história de cada castelo e *pop-ups* representando os rituais templários (GONÇALVES 2009).

## V

No actual sistema de ensino português o estudo da história termina no 9.º ano de escolaridade. Sendo que no 4.º ano (quando as crianças têm 10 anos) há uma passagem rápida por história de Portugal e no 5.º e 6.º anos continua essa passagem pela história portuguesa. Nos 7.º, 8.º e 9.º anos o programa é história universal (Occidental), com referências à história portuguesa. Aí termina a formação em história, exceptuando para aqueles que seguem a via das humanidades. A formação nesta área é, por conseguinte, muito elementar. É normal, em Portugal o cidadão comum, os jovens não saberem as razões dos feriados que assinalam datas históricas (25 de Abril, 10 de Junho, 5 de Outubro, 1 de Dezembro). A memória histórica é muito curta. Esse abismo aprofundado para épocas recuadas e os públicos quando visitam os monumentos e museus têm, na generalidade, uma atitude contemplativa. Na actualidade têm-se criado muitos processos que procuram dar enquadramentos contextuais ao património. É o caso das visitas guiadas, dos catálogos e dos guias, dos áudio-guias (agora com versões mais económicas como os “iPod” e “MP3”), das exposições retrospectivas, etc. Neste caso tanto os meios tradicionais, como as novas tecnologias são um óptimo recurso para os enquadramentos históricos do património.

O papel do historiador, numa visão ampla, é entender as sociedades que estuda à luz do tempo dessas sociedades. A tarefa do historiador é,

por conseguinte, viajar no tempo, é entrar no pensamento daqueles que estuda, sejam anónimos ou identificados, um colectivo ou personalidades. O património cultural é fruto do tempo em que realizado, ou transformado, e por isso deve ser entendido à luz do seu tempo de produção. Estes são os desafios que todos os que trabalhamos com património temos: primeiro descodificar os patrimónios no contexto dos seus tempos e espaços; segundo transmitir aos públicos cuja formação histórica é, na maioria dos casos, muito rudimentar o património à luz dos respectivos tempos, o que implica, muitas vezes, partir do presente.

O conceito de património cultural tem-se alterado. Apresentando uma rápida sinopse em torno do conceito de património cultural, temos que na Idade Média a busca do património estava centrada na demanda de relíquias sagradas; no Renascimento, alargou-se o âmbito, valorizando-se o Antigo, ou seja, os elementos artísticos do passado romano; no século XVIII, com J.J. Winkelmann, começou-se a sobrevalorizar o passado grego, o que influenciou profundamente a visão contemporânea da superioridade da arte grega. Mas este autor teorizou ainda sobre a importância da obra-prima, cuja singularidade justificava a sua descontextualização. Esta perspectiva teve profundas consequências na visão com que se observou para o património, dado que se valorizou o objecto, o monumento, ou o sítio, em desfavor do seu contexto. O século XIX trouxe o gosto pela época medieval; no século XX houve uma incorporação sucessiva de "novos património" e a teorização levou ainda, a partir dos anos sessenta, para a importância dos contextos históricos.

Podemos considerar que hoje ultrapassamos os modelos de J.J. Winkelmann, por valorizarmos o contexto em desfavor das obras-primas (FERNANDEZ 1999), não significando isto que vamos "deitar fora essas obras", devem é ser enquadradas, para chegarmos à essência do nosso trabalho com o património cultural: "fazer os públicos viajarem no tempo". Esta frase não significa colocar os públicos numa qualquer "máquina do tempo", mas significa um discurso de enquadramento geral sobre o(s) momento(s) histórico(s) sobre o qual incidimos, como era a vida quoti-

diana, como viviam as pessoas, o que comiam, o que pensavam, qual a sua visão do mundo, o que significava(m) aquele(s) elemento(s) do património cultural sobre o qual incidimos o nosso discurso para as pessoas que investiram muito do seu esforço quotidiano nele, sendo ainda necessária uma comparação com outras áreas geográficas, o que designamos de história comparada. Os ingredientes principais são um bom suporte científico, daí a necessidade de uma investigação aplicada permanente, e a construção de uma boa narrativa.

Os suportes são a oralidade, directa ou através de "audio-guias" (onde se devem incluir processos como o MP4 ou o IPOD, com as possibilidades de conjugar texto e imagem), o texto, que devem ser curtos na exposição e mais desenvolvidos nas publicações, a fotografia, a ilustração, a maquete, o 3D, o diaporama, a imagem em movimento, em todas as suas variantes, onde podemos incluir o documentário, com ou sem reconstituição, o desenho animado, as imagens digitais, a conjugação de todas, as publicações, nas quais texto e imagens se podem associar, nos DVDs, onde todos os suportes se podem reunir, etc.

Os veículos são as exposições temporárias e permanentes, a musealização dos sítios, ou seja, a criação de suportes informativos, as visitas guiadas, as publicações para os diferentes públicos, a imagem em movimento. Como se disse antes, uma boa Narrativa é essencial. A parte museológica passa sempre por um programa científico, um programa museológico e um programa museográfico. Há ainda os Parques Históricos, onde existe uma componente científica e uma outra lúdica. Esta está ligada ao período histórico que se trata e é o resultado de um trabalho na área da arqueologia experimental e de investigação contínua.

Nos projectos desenvolvidos em de Évora, Sesimbra e Idanha-a-Nova há sempre um suporte patrimonial. Em Évora, o Megalitismo e a cidade romana, levou a que se criassem duas narrativas. No Megalitismo a sua geografia, relação com os astros, a vida quotidiana dos construtores dos

monumentos e o seu uso, tendo como suportes as fotografias, as ilustrações e as maquetas. Com a reconstrução das aldeias Neolítica mostravam-se as casas e dia-a-dia das pessoas, ou com a reconstrução dos monumentos, os rituais que aí ocorriam. Na cidade romana encarou-se a mesma como um organismo que é criado, que tem o seu desenvolvimento e que entrou em mutação. Procurou-se ainda transformar as ruínas em algo que já teve forma, vida quotidiana, o templo, a casa, o teatro, o anfiteatro, as termas e de como eram usados no dia-a-dia. Este aspecto é muito importante para os visitantes, passar da ruína ao edifício que começa a ter forma e função. Em Sesimbra a exposição estava enquadrada no próprio castelo, pelo que se procurou inserir o mesmo na história da arquitectura militar em Portugal. Num segundo momento houve um enquadramento da sua cronologia na portuguesa e na mundial. Isto dá referências aos públicos nacionais e internacionais. Outro objectivo da exposição era salientar a vida quotidiana no momento da fundação do castelo, através da exposição da carta de foral. Houve ainda o objectivo de devolver a possível imagem que teve, quando aí viviam pessoas, através das ilustrações e das maquetas. Em Idanha-a-Nova procurou-se entender a estratégia de implantação de uma Ordem de Cavaleiros, os Templários, partindo do geral para o particular, ou seja, da origem da Ordem, objectivos e implantação e de como modificaram aquele território, construindo oito castelos, que nos deixaram populações que ainda aí vivem.

Para concluir, os vestígios arqueológicos e patrimoniais são um factor importante para compreendermos a nossa vida hoje e que correspondeu ao resultado da vida de pessoas, que como nós, dormiam, comiam, trabalhavam, tinham as suas crenças, festas e tradições. O nosso papel é desenvolver um discurso acessível para aproximar os públicos, de modo a sentirem que o património faz parte deles. Sobretudo há um segredo... levar a descobrir o património deve partir do nosso interior, das nossas vivências e da nossa paixão por compreendermos o mundo que vivemos.

## Referências

- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José Maria / Nogales Basarrate, Trinidad. *Forum Coloniae Augustae Emeritae*. "Templo de Diana". Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2003.
- BULLART, Josep. *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Ariel, 2002.
- CALADO, Manuel. *Menires do Alentejo Central* ([www.crookscape.org/tesemc/tese.html](http://www.crookscape.org/tesemc/tese.html)), 2005.
- CALADO, Manuel; GONÇALVES, Luís et All. *No Tempo do Risco*. Nova Carta Arqueológica de Sesimbra. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, 2009.
- CAPÊLO, José Manuel. *Portugal Templário*. A presença templária em Portugal. Lisboa: Zéfiro, 2008.
- DUARTE, Ana (1993). *Educação patrimonial. Guia para professores, educadores e minitores de museus e tempos livres*. Lisboa: Texto editora.
- DUARTE, Ana; GONÇALVES, Luís. *Clubes na área escola. Actividades extra-curriculares*. Lisboa: Texto Editora, 1996.
- FERNÁNDEZ, Luis Alonso. *Introducción a la nueva museología*. Madrid: Alianza, 1999.
- GONÇALVES, Luís (1995). *Os Castelos da Beira na defesa de Portugal*. Lisboa (dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), 1995.
- "Um Projecto integrado de valorização do Património Geológico, no Concelho de Sesimbra", In: *Actas do Simpósio sobre Património Geológico y Minero*. Belmez, Sociedad Española para la Defensa del Património Geológico y Minero, 1999, p. 113-118.
- "O Castelo de Sesimbra – um castelo da fronteira marítima", In: *Actas do Simpósio Internacional, Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2000, p. 385-388.
- *Escultura Romana em Portugal*. Uma arte do quotidiano. Mérida: Museu Nacional de Arte Romano, 2007.
- "Fronteira como museu: a raia entre Portugal e Espanha", In: *Museal – Revista do Museu de Faro*. Faro, 2007, p. 12-27
- "Castelos en la Frontera, entre os Reinos de Portugal y de Castilla, en los siglos XII-XIV: Castillos en Frontera da Beira" In: Fernando Amores Carredano (ed.) *III Congreso Internacional sobre Fortificaciones: Paisaje y Fortificación*. Alcalá de Guadaira (Sevilla, Marzo de 2005). Alcalá de Guadaira, 2007, p. 69-80 (peer review).

- “Ilustração em arqueologia: um apoio à museologia”, in *Praxis Archaeologica* 3. Arqueologia versus Divulgação: as novas fronteiras do conhecimento arqueológico. Revista Digital da Associação Profissional de Arqueólogos ([http://www.praxisarchaeologica.org/PT/003\\_pt.php](http://www.praxisarchaeologica.org/PT/003_pt.php)), 2008.
- *Contemplários*. Lisboa: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2009
- “Esculturas do fórum de Eborá: programa iconográfico.” (com Panagiotis Sarantopoulos), In: T. Nogales Basarrate (ed.), *Studia Lusitana 4 – Ciudad y foro de Lusitania*. Mérida: Museo Nacional De Arte Romano, 2010, p. 125-134.
- HOUISS, António. *Dicionário Houiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2003.
- MACAULAY, David. *A Construção de um Castelo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- MONTEIRO, João Gouveia (1999). *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Colibri, 1999.
- MONTEIRO, João Gouveia; PONTES, Maria Leonor. *Castelos portugueses: guia temático*. Lisboa: Instituto do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2002.
- NOGALES BASARRATE, Trinidad; GONÇALVES, Luís. *Imagens e Mensagens: esculturas romanas do Museu de Évora*. Évora: 2005.
- NOLTE, Dorothy; Harris, Rachel. *Os adolescentes aprendem o que vivem*. Lisboa: Bizâncio, 2005.
- NUNES, António Lopes Pires. *O Castelo de Monsanto da Beira*. Idanha-a-Nova: Associação do património cultural da Beira Baixa, 2003.
- *Dicionário militar de Arquitectura militar*. Lisboa: Caleidoscópio, 2005.
- *Os castelos templários da Beira Baixa*. Idanha-a-Nova: Câmara de Idanha-a-Nova, 2005.
- *Penha Garcia. Uma vila Templária*. Idanha-a-Nova: Câmara de Idanha-a-Nova, 2006.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H.. *A Sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1981
- PASTOR HOMS, María Imaculada. *Pedagogía museística: nuevas perspectiva y tendencias actuales*. Barcelona: Ariel, 2004.
- READ, Piers Paul. *Os Templários*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.
- VENTURA, Margarida. *Guerra: definição das fronteiras*. Matosinhos: Quidnovi. [www.crookscape.org](http://www.crookscape.org) (para Megalitismo), 2006.